

011ª Audiência Pública 05JUN2025

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 028/25, que autoriza a concessão parcial dos serviços públicos de saneamento do Município de Porto Alegre.



PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): (19h02min) Boa noite a todos e a todas. Vamos então iniciar a nossa segunda audiência pública sobre a discussão do PLE nº 028/25. Estão compondo a Mesa conosco o Sr. André Coronel, secretário-geral de governo; o Sr. Matheus Rocha, diretor de inovação e parcerias; o Sr. Cirilo João Faé, diretor da EPTC. Eu gostaria de convidar também o Sr. Gilmar da Silva Coelho, presidente da Colônia Z5, para fazer parte aqui da Mesa. Queria já agradecer também a oferta do espaço, um espaço qualificado que temos na nossa Ilha da Pintada. Convido o Sr. Edson Zomar de Oliveira, representante do Simpa, para fazer parte da Mesa.

As inscrições estão abertas: cinco inscrições para falar a favor e cinco contra. Já estão, então, com o processo para os pronunciamentos. Os vereadores que aqui estiverem presentes vão ter cinco minutos, e aí eu vou intercalar entre uma fala e outra. E nós vamos iniciar com um período de dez minutos pelo DMAE, para fazer a sua apresentação. Logo após, o Simpa vai fazer uma manifestação de dez minutos, e aí nós vamos abrir, então, para as inscrições. Agora vamos fazer a leitura do edital, não é, diretor?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Lê.)

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 028/25, QUE AUTORIZA A CONCESSÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso das suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade porto-alegrense para as Audiências Públicas a ocorrer nos dias e locais desta Capital abaixo relacionados, sempre às **19h**, para debater o assunto acima referido. (...) As manifestações, durante a audiência pública, se darão mediante inscrição na abertura do evento. No dia de hoje, 5 de junho de 2025, a audiência ocorrerá na região das Ilhas, na Colônia de Pescadores Z-5, Ilha da Pintada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Então passamos à manifestação do DMAE, através do diretor de Inovação e Parcerias, Dr. Matheus Rocha. O senhor tem 10 minutos. (Pausa.) Desculpa, vou passar, então, para o secretário-geral de governo, Sr. André Coronel.

SR. ANDRÉ CORONEL: Boa noite a todos. Primeiramente, é uma satisfação estar aqui para esclarecer alguns pontos do nosso projeto de lei que realiza a concessão parcial do DMAE. Eu gostaria de destacar que esse é um tema que não é novo para a sociedade e para as pessoas em geral, porque é um tema que o prefeito Melo, já na eleição, debateu bastante. Foi um dos pontos, inclusive, que diferenciou as candidaturas à época, e ele fez questão de tornar isso público e fazer essa discussão pública pela importância do tema.

Nós estamos propondo a concessão parcial do DMAE. A captação e o tratamento permanecem com o DMAE. A drenagem permanece com o DMAE. O que nós estamos propondo é que as redes de água, bem como as redes de esgoto, sejam concedidas para a iniciativa privada. Há uma grande questão a ser destacada, que é a diferença entre concessão e privatização. Muitas pessoas não sabem a diferença que eu vou explicar agora; outras não querem saber deliberadamente. Concessão – o que é concessão? Quando a gente concede algum serviço público transitoriamente. Esse serviço, a qualquer momento, pode voltar para o poder público. Normalmente ele é concedido por um período, por anos, por 25, 30 anos. Já na privatização, esse serviço é concedido definitivamente. Ele vai para a iniciativa privada e nunca mais retorna. Por exemplo, privatização, CEEE Equatorial. A CEEE Equatorial foi privatizada, ela foi vendida à iniciativa privada, a uma empresa privada, que não retorna mais para o poder público, e ela passa a executar aquele serviço. Exemplo de concessão: as paradas de ônibus em Porto Alegre. As novas paradas de ônibus são frutos de uma concessão que a gente outorgou a uma empresa privada, que, em troca, explora a publicidade das paradas de ônibus, e hoje nós temos belíssimas paradas sendo instaladas em Porto Alegre. A Orla 1 do Gasômetro foi concedida para a iniciativa privada. Ela mantém toda a estrutura da orla, em

contrapartida ela explora aqueles pontos comerciais que a orla detém. Então, são exemplos de concessões que, efetivamente, estão dando certo na cidade. Outro detalhe importante: nós temos a lei do marco regulatório do saneamento, que determina que, até 2033, os municípios tenham que atingir, é uma lei federal, 90% das redes de esgotos na cidade. Para atingir esse nível de esgoto na cidade, mantendo o nível de dinheiro, de investimento que o DMAE detém, nós demoraríamos 100 anos. Então, o que a gente está propondo é acelerar esses investimentos e, especialmente, trazer redes de esgoto para aquelas pessoas que mais precisam, aquelas pessoas que, hoje, estão tendo reflexos por falta desse investimento, por exemplo, na saúde pública. Rede de esgoto é melhorar a saúde, a qualidade de vida das pessoas. Então, a gente está buscando, com esse projeto, exatamente isso, melhorar a qualidade de vida, melhorar a saúde das pessoas e, sobretudo, trazer dignidade para as pessoas. É um projeto que foi estudado por mais de ano por nós. Nós contratamos o BNDES exatamente para fazer estudos sobre isso, os impactos disso. Então, isso foi muito amadurecido e, como eu disse, discutido amplamente até chegar, agora, nesse projeto de lei que a gente está propondo, essa concessão. Eu vou passar aqui para o DMAE, que vai nos especificar mais detalhadamente.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, secretário André Coronel. Gostaria de só fazer uma referência, que, por um equívoco meu, não fiz no início da audiência, que cada inscrito que for realizar a sua fala, diga seu nome completo e a entidade que está representando. Nós vamos disponibilizar 10 minutos para o Dr. Matheus. E, de novo, Gilmar, quero agradecer aqui, eu sei do empenho que foi para botar em pé a colônia, e, graças à tua liderança, a colônia está aberta novamente.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Bia. O que eu posso fazer... A audiência tem um rito especial, eu não posso cercear a palavra de nenhum

dos inscritos por ordem alfabética, mas, como eu estou presidindo, eu posso priorizar que moradores da Ilha falem, e, caso sobre alguma inscrição, nós repassamos para quem é de fora da Ilha, *ok?*

SR. MATHEUS NERES DA ROCHA: Com licença, vou pedir licença a todos para me posicionar um pouco mais próximo da projeção. Antes de mais nada, cumprimentar o Ver. Fleck, presidente desta audiência, e, em seu nome, estender os cumprimentos a todos os membros da Mesa e cumprimentar a todos, dar uma boa noite e agradecer também a receptividade aqui nas Ilhas, para que a gente possa tratar desse tema tão importante.

(Procede-se à apresentação.)

SR. MATHEUS NERES DA ROCHA: O que nós buscamos com esse projeto de lei é enfrentar essas cenas, senhores. Esses são os cenários que nós encontramos em Porto Alegre, em diversas regiões, e o que nós precisamos é enfrentar esse tipo de questão; por três razões fundamentais a gente precisa fazer um projeto ou enfrentar com ferramentas diferentes essas situações. A primeira de todas, por dignidade, por dignidade humana, direitos humanos a todos, levar condições de saúde e dignidade a todos; por legalidade, como mencionou o secretário André Coronel, nós temos uma lei federal, desde 2020, que impõe a todos os entes da federação que sejam atendidos determinados níveis de saneamento básico; por democracia, que todos os cidadãos de Porto Alegre tenham direito ou sejam atendidos com nível de serviço adequado no saneamento básico. E é aqui que se insere, então, a ferramenta de concessão dos serviços, a concessão parcial dos serviços que hoje são prestados, de saneamento básico, em Porto Alegre. Então, qual é o contexto que nós temos? Em que contexto se insere esse projeto? Primeiro de tudo, questão de legalidade. Então, nós temos, desde 2020, uma lei que alterou a lei de diretrizes básicas do saneamento básico e que estabeleceu uma meta, que até 2033 todos os entes da federação alcancem 99% da população atendida com água potável

e, no mínimo, 90% da população atendida com coleta e tratamento de esgoto. Mas não só isso. Essas metas vão ser fiscalizadas por agência reguladora; então, é um ente independente que fiscaliza o atendimento desses termos; caso os entes públicos não consigam alcançar esse desempenho, a penalidade ou a consequência disso é que podem ser frustrados, então, o acesso a recursos federais, financiamentos e outros recursos da União. Hoje, em Porto Alegre, o que nós temos é um nível minimamente adequado de atendimento da população com água potável, ou seja, nós temos 99% da população atendida com abastecimento de água, mas nós sabemos que esse índice não consegue ser permeado por um nível de não intermitência exigido hoje nas normas de regulação, nas normas de fiscalização dessas agências. E, por sua vez, o esgoto, nós sabemos que estamos em índices bastante aquém desses que precisamos atender. Hoje, aproximadamente, somente 53% dos domicílios de Porto Alegre tem coleta e tratamento de esgoto. E quando a gente olha para o Plano Municipal de Saneamento Básico, lá de 2015, a gente já tinha o dimensionamento do que precisava fazer. Bom, como é que a gente precisa atacar esse cenário? E lá, em 2015, a gente já tinha a consciência de que eram necessários, em valores atualizados para hoje, de mais de R\$ 3 bilhões só para esgotamento sanitário, só para coleta e tratamento de esgoto. E quando nós pegamos esse mesmo espectro de tempo, 2015 a 2023... Por que 2023? Porque em 2024 a gente tem o cenário, obviamente, dos efeitos climáticos extremos, onde foram executados outros recursos, mas não investimentos, não é custo operacional, é investimento, é obra, é nova infraestrutura de atendimento. Quando a gente pega o espectro de 2015 a 2023, a gente vê que o DMAE, com os seus recursos, não conseguiu investir mais do que R\$ 100 milhões, em média, por ano. E isso não é uma questão de culpa do DMAE, é uma questão de funcionamento exato, de caixa que o DMAE teve para isso. E se a gente fizer uma avaliação do que precisa de investimento, do que nós temos capacidade de investimento, a gente precisaria de 30 anos – 30 anos –, para conseguir universalizar a coleta e o tratamento de esgoto em Porto Alegre, isso deixando de lado qualquer investimento em água e drenagem. Então, é por isso que a

gente lança a mão da concessão de serviço, que é um instrumento administrativo – que é um contrato –, é um contrato que o Município faz para obras e serviços. Então, são serviços prestados por um parceiro privado por tempo determinado. E como eu disse, o Marco Legal do Saneamento Básico não alcança somente o Município de Porto Alegre. Então, esse não é um desafio só para nós, é um desafio que todos os entes da federação estão enfrentando. E como que esses outros entes da federação têm enfrentado isso? Em sua grande maioria, senhores, têm utilizado a concessão para conseguir universalizar esse serviço, para conseguir realizar esses investimentos, para ter esse fôlego e essa expansão dos serviços. E aqui a gente vê que não tem ideologia política vinculada à concessão. A gente tem governos de todas as matizes político-partidárias realizando concessão há muitos anos; a gente vê governo do PL; a gente vê governo do PT, como lá no Ceará; do PDT, no Amapá. No Piauí, por exemplo, o PT, que, por vezes, representa alguma posição contrária à concessão aqui em Porto Alegre, ele procedeu na concessão da integralidade do serviço. Então, a gente vê que é uma ferramenta, sim, importante para conseguir prover serviços, para conseguir expandir serviços. Pode passar, por favor. E, nesse âmbito, é, sim, muito importante a gente diferenciar concessão e privatização, como disse o secretário André Coronel. Especialmente, senhores, por quê? Porque a gente tem consequências práticas muito diferentes, muito diferentes. Na concessão, eu tenho o retorno desses serviços e de todos os investimentos ao Município. Na privatização, eu tenho uma venda permanente, uma transferência permanente dos ativos, dos serviços, não há retorno. E quem fiscaliza um contrato de concessão é o próprio Município, é o DMAE. Na privatização, o Município não tem qualquer ingerência sobre esse serviço, como a gente pode ver, no caso do Estado, sobre a CEEE Equatorial, que foi privatizada. Quando, em um contrato de concessão, não há a execução correta desse contrato, o poder público, o Município, pode retomar os serviços, ele pode declarar a caducidade, que é quando o contratado não está executando adequadamente, e retoma, retoma o contrato, retoma a prestação de serviços. E exemplos muito clássicos disso nós temos em Porto Alegre, com a PPP da

iluminação pública, por exemplo; temos, como disse o André Coronel, a concessão dos abrigos de ônibus.

E, aqui, a gente chega exatamente ao projeto que a gente quer apresentar para vocês, ou quer colocar em execução em Porto Alegre, que é um projeto que garante, assegura a manutenção de todos os servidores do DMAE. Ele garante a estabilidade e garante a permanência de todos os quadros do DMAE, sem qualquer modificação. Ele garante a captação e o tratamento de água a serem prestados diretamente pelo DMAE, ou seja, não serão transferidos à prestação de um parceiro privado; o atendimento, obviamente, de todos os índices, ou que seja universalizado o esgotamento sanitário até 2033; os investimentos nas áreas que priorizaram antecipar esses investimentos nas áreas que hoje não têm esse esgotamento sanitário – a gente consegue chegar antes com essas obras; fiscalização pelo DMAE, pelo Município desse serviço; e a destinação dos valores recebidos nessa concessão, a título de outorga, prioritariamente, para modicidade tarifária e para drenagem urbana.

E, aqui, já entrando no teor do projeto de lei, a gente pode ver que... Bom, primeiro de tudo, não seria necessária uma autorização legal para concessão, mas é uma oportunidade adequada esse projeto de lei para que a gente possa dispor garantias, exatamente... (Ininteligível.) ...Serão concedidos os serviços de captação e tratamento de água; e também estão assegurados todos os direitos, a permanência de todos os quadros, de todos os cargos dos servidores do DMAE. E, obviamente, a destinação dos recursos.

Aqui, como a gente viu o teor do projeto de lei, tenho certeza que nenhum dos senhores viu a alteração da Lei Complementar nº 170. A Lei Complementar nº 170 é a que fixa, que regra as tarifas do DMAE – tarifa de água e tarifa de esgoto. Por que não está sendo alterado? Não está sendo alterado porque não vai modificar o preço da tarifa; para modificar o preço da tarifa, tem que mudar a Lei Complementar nº 170, e esse projeto não o faz. Essa é a garantia. O projeto vai trabalhar com o preço de tarifa, com tarifa social, que está na Lei Complementar nº 170 e na lei federal. Então, era isso, senhores. Muito obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Dr. Matheus. Gostaria de citar a presença do Ver. Jonas Reis, que está aqui conosco – e já está inscrito. O Sr. Edson de Oliveira está com a palavra, pelo Simpa – o senhor tem dez minutos.

SR. EDSON ZOMAR DE OLIVEIRA: Boa noite a todos os presentes aqui – Ver. Fleck; representante da direção do DMAE; diretor legislativo. Estamos fazendo um debate aqui, e o que a gente está debatendo é uma coisa que não precisaria ser feita, é desnecessária. Por que isso aí? O que a gente teria que estar debatendo aqui, neste momento, é como fazer o DMAE funcionar melhor sendo público estatal, e por que ele, que já funcionou muito bem sendo público estatal, começou a ter problemas em funcionar. Isso ocorreu, claramente, transparentemente, a partir do ano de 2017, quando houve uma gestão eleita com um projeto de Estado mínimo que tinha como objetivo – e começou a executar isso – transformar o serviço público em um negócio privado, nas suas mais variadas formas: privatização, concessão, conveniamento, terceirização, parcerização, onde na parcerização o ônus fica com o público e o bônus fica com o privado, com o parceiro privado. E o que ocorreu no DMAE? O DMAE já foi um órgão de ponta, inclusive na época do próprio regime militar, reconhecido nacionalmente e até internacionalmente como um exemplo na área de saneamento, começou, a partir de então, a ter qual dificuldade? A dificuldade de implementar o projetado, a questão da política de arrecadação, a questão de reposição dos servidores, a questão do início da terceirização para substituir os servidores. Um exemplo clássico feito em 2014 e 2015, que é a questão da área da leitura. O pessoal que faz a leitura de contas d'água, que já há muitos anos, há mais de 10 anos, tem constantemente problemas de erros, e os erros quase sempre, quase totalmente sempre, são bem para mais, é fruto disso aí. O DMAE tinha uma equipe qualificada que durante todo esse tempo, raramente tinha uma dificuldade, quando tinha, era rapidamente saneada; deixou de ter, perdeu o controle da relação com o cliente, com o usuário, desqualificou-a, e teve, sim, problemas de imagem e de arrecadação com isso. Hoje, por exemplo, nós temos

dezenas de milhares de contas com dificuldades, que teriam que ser revisadas e não o são porque não tem um efetivo adequado. Fica até estranho isso, porque parece não haver uma preocupação real com a questão do caixa, tanto com a relação com o usuário como com o montante a ser arrecadado, isso é um exemplo. Outra questão, se fala muito na questão do esgoto, R\$ 3 bilhões, seria 100 anos. Olha, o DMAE fez um investimento muito grande, em valores atualizados, em torno de R\$ 1,5 bilhão na ETE Ponta da Serraria, e gastou, e já está pago isso por parte do DMAE. É óbvio que o DMAE não teria R\$ 3 bilhões agora, mas é óbvio que o DMAE, assim como o parceiro privado vai fazer, poderia ir ao BNDES ou à Caixa Federal fazer esse financiamento. Essa que é a questão. Todo financiamento é público, entende? Então por que o DMAE é público e a modelagem proposta pela atual gestão, como foi proposta pela gestão anterior, não encaminhou junto ao BNDES o pedido de qual modelagem é melhor: manter a atual e o que fazer para melhorar ou entregar parcialmente para depois entregar totalmente como está sendo feito. Essa é a questão. E esse projeto inicial, que a gente não sabe o último movimento dele, que tinha tempos atrás, previa uma concessão por 35 anos, com uma indenização para o parceiro caso as coisas dessem errado, de 8,79% no mínimo, de lucro garantido, onde o Erário, a administração centralizada ficaria responsável por pagar isso aí. E, na verdade, nesse modelo proposto aí, o DMAE vai captar, tratar a água e passa a distribuição, enfim, para o usuário, para o parceiro privado, e assim o faz também na área de esgoto, só não faz na drenagem. Qual é o controle que o DMAE vai ter sobre isso? Vai vender uma água, provavelmente, se não subsidiada quase tal, porque tem o custo do tratamento, a responsabilidade do tratamento, o efetivo também da massa de servidores, e o parceiro privado vai revender essa água. E vai fazer o quê? Vai enxugar custos com mão de obra, certamente com qualidade, equipamento e investimento, como faz a Equatorial. E qual é a meta e o objetivo maior, que é uma coisa fundamental para se entender aqui? O serviço público, numa sociedade como a nossa, onde você tem um segmento da sociedade que tem um bom rendimento, outra parcela tem um razoável rendimento, alguns, um pouco de rendimento e muitos, quase ou pouquíssimo

ou nenhum rendimento, ele é fundamental para a universalidade de serviços, seja no saneamento, educação, saúde, em qualquer área. E aqui nós estamos falando na questão do saneamento. Então nós temos um interregno de 10 anos, onde, em vez de ter uma gestão voltada para aprimorar, ou seja, manter e aprimorar o serviço, deixou de fazer, porque passou a se ter como meta e objetivo o encaminhamento para a privatização, concessão, parcerização do DMAE. E a concessão, sim, é uma forma de privatizar, facilitada, inclusive, porque o parceiro não tem nenhum ônus de comprar, ele já passa a usufruir, sai arrecadando no outro mês, durante todo esse período, com o financiamento, com um período de carência bastante razoável, com os juros de pai para filho, como se diz no popular. Não tem como dar errado, e não vai ter concorrência, é um monopólio privado, não vai haver duas torneiras, no caso. E quanto à questão também de esgoto é bom falar, toda a preocupação com saúde pública, ora, por exemplo, uma coisa bem recente, ainda atual, a ETE Sarandi, que foi atingida pelas cheias há um ano, há mais de um ano, não funcionando, só recentemente foram tomadas medidas efetivas para começar a executar uma série de melhoras e de equipamento da estação para vir a funcionar, talvez, até o final do ano. Estivemos lá e divulgamos isso, sim, material sendo roubado; 130 litros de esgoto por segundo para a água, que é uma coisa muito grave no nível de saúde pública. Qual é a preocupação que houve até então, e é um assunto até que não se gosta de falar, é um exemplo. A questão, depois o colega Jefferson vai fazer uma fala, da reestruturação do DMAE, que para nós, na verdade, é quase que uma reestruturação, uma desestruturação final, onde o DMAE está sendo refatiado, reorganizado sob uma lógica de funcionar melhor, e, na verdade, vai deixar de funcionar melhor o que resta de funcionamento do DMAE. O DMAE era um órgão tão bom, que apesar desses 10 anos de sucateamento que o DMAE tem hoje, dá para se dizer dessa forma, ele ainda pulsa de alguma forma. Então, se trata de acelerar o processo para justificar o quê? O DMAE não consegue atender, não consegue entregar o serviço, então, temos que chamar um parceiro privado para fazê-lo. Ora, o parceiro privado vai obter recursos da mesma fonte que o DMAE poderia obtê-la, só que com custo maior. Por que o

custo é maior? Além dos encargos trabalhistas, o parceiro privado tem, na verdade, como aqueles que vão dirigir o negócio, seus acionistas, e é para esses acionistas que o parceiro privado vai trabalhar.

Eu citei ontem, vou citar novamente aqui, a Thames Water, a primeira empresa a nível mundial que começou essa onda toda de concessão e privatização em Londres, na Inglaterra, que teve o acesso à compra, privatização, na época, tinha sido atingido já um índice muito grande de despoluição do Tâmesa, havia até pesca novamente no rio, hoje, novamente em Londres, há o esgoto. Por quê? Porque aquele dinheiro arrecadado, que teria que ser reinvestido no saneamento, acabou sendo pago como dividendos. Essa é a lógica. A lógica de 2033, olha, o DMAE, se não tivesse havido essa intervenção externa e tivesse sido permitido que o DMAE, pela sua própria natureza de missão, que é fazer a questão da captação, tratamento, distribuição de esgoto, enfim, toda essa coisa aí, ele não estaria com a dificuldade que está hoje. E, além de, já como é reconhecido aqui há muito tempo, de até ter atingido os 99% a nível de abastecimento de água, estaria bem próximo dessa meta do marco regulatório, apontado para 2033, ser realizada, que o próprio mercado das empresas privadas reconhece como inatingível em 2033, a não ser em uma que outra situação muito difícil, porque é uma meta que foi criada para engessar e colocar o quê? Um grande *lobby* da área empresarial para pegar os monopólios privados da área de saneamento, fez esse *lobby*, houve a mudança da lei, obviamente, baseado, inclusive, nas fotos que nós vimos aqui, que são realmente verdadeiras, emocionantes, que tocam a gente como objetivo, mas, na verdade, usando isso para mascarar o negócio de entrega para o privado. E não é mercado privado, volto a dizer, não vai haver concorrência, não vai haver opção como nós temos em relação à Equatorial, onde áreas que, inclusive, não tinham falta de energia, hoje têm. Inclusive, uma parcela, muitas vezes, importante da dificuldade que o DMAE tem de abastecimento hoje é fruto também da dificuldade que a Equatorial tem de manter a qualidade do serviço de forma permanente. Então, esse é o quadro que nós estamos vivendo aqui. E o negócio do DMAE, se multiplicado por 35 anos, se a gente tomar como referência o que

o DMAE arrecadou no ano passado, é um negócio de R\$ 35 bilhões, repartidos em uma parte, que ficaria pública, entre aspas, e a parte do parceiro privado, que, certamente, embora tenha sido citada aqui uma legislação coisa e tal, toda legislação pode ser mudada, porque o *lobby* do mercado de saneamento, nesse caso, de R\$ 35 bilhões, é muito forte, tem bastante argumento convincente para mudar opiniões. Então, em vez de ter uma gestão que se volta à necessidade da população, tendo uma estrutura que poderia ser potencializada para atender, eles a potencializam para justificar que tem um parceiro privado que vai beber da mesma fonte financeira, que diz que vai cumprir, entregar aquilo que ninguém vai conseguir entregar e fazer. Não há necessidade de estar acontecendo isso.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Um minuto.

SR. EDSON ZOMAR DE OLIVEIRA: Nós temos, então, que estar aqui debatendo, por que o DMAE ficou assim, e um ajuste de posição da administração, no sentido de o DMAE voltar a funcionar para a população de Porto Alegre, com efetivo adequado, cumprindo o planejado, por exemplo, a Ponta Dourado, que era uma estação que já devia estar funcionando agora, que iria minimizar a dificuldade de abastecimento na Zona Leste de Porto Alegre e Zona Sul, não estaria hoje praticamente parada ou com muito a fazer ainda para entrar em operação. E, nesse caso, votado esse projeto, autorizado, ela provavelmente vai ser entregue junto ao parceiro privado, porque ela não é uma das estações que, efetivamente, está em operação, está efetivamente em conclusão.

Então, como primeira fala, eu deixo por aqui, mas é um debate que tem que ser visto dessa forma, não é uma questão partidária, essa é uma questão de governar para a cidade, para todos, ou tornar a cidade refém de poucos e de poucas empresas.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Edson, representando o Simpa. Nós vamos abrir agora a fala dos inscritos. Eu vou pedir a gentileza, por

uma questão técnica, que as falas sejam realizadas aqui na frente, porque nós estamos sendo filmados aqui, e a equipe técnica, então, precisa ter uma melhor captação. Vamos iniciar pelo senhor Índio Osmar Alves Nunes. O senhor tem cinco minutos. Peço que se identifique antes da fala e a entidade que representa.

SR. ÍNDIO OSMAR ALVES NUNES: Boa noite. Boa noite a todos, boa noite à mesa. Meu nome é Índio Osmar Alves Nunes, sou morador daqui da Ilha da Pintada, conselheiro do Orçamento Participativo, represento as Ilhas.

É, o negócio está meio brabo. Mas, vamos dizer assim, aqui as Ilhas são tudo pobre, a gente precisa de serviços, de decisão, porque chegam aqui os engenheiros só olham, examinam e dizem: “Não, não, não”... Quer dizer, então, não se pode fazer nada. Então, nós queríamos um negócio que resolvesse. Eu não sei se isso aí vai resolver, se resolvesse, o meu “sim” à concessão, mas não à privatização, para ajudar esse povo, essa comunidade nossa, pobre. Então é isso aí.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Índio Osmar. Sr. Alexandre Dias Abreu, pelo Comitê em Defesa da Água e do DMAE Público, o senhor tem cinco minutos.

SR. ALEXANDRE DIAS ABREU: Meu nome é Alexandre Dias Abreu e venho aqui representando o Comitê em Defesa da Água e do DMAE Público. Gostaria, primeiramente, de parabenizar o Ver. Rafael Fleck, que preside esta audiência pública, e, na pessoa dele, cumprimentar a todos os parlamentares presentes; o secretário André Coronel, na pessoa de quem cumprimento todos os representantes do governo municipal; Edson Zomar, representando o Simpa, e no nome dele quero também estar cumprimentando todos os servidores municipais do DMAE que estão presentes; o Vilmar Coelho, meu grande amigo de muitas caminhadas...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ALEXANDRE DIAS ABREU: Como é que é?

SR. GILMAR SILVA COELHO: Gilmar.

SR. ALEXANDRE DIAS ABREU: Gilmar, desculpa, confundo muito com o teu pai, o Vilmar é o pai dele, a gente trabalhou muito tempo junto aqui; desculpa, mas, de qualquer maneira, nós trabalhamos muito tempo aqui né, inclusive um período que nós tivemos aqui fizemos grande realizações, o entreposto de pescado aqui entre outras coisas, não é Bia, construimos muitas coisas bacanas aqui, e eu me sinto, pelo trabalho que resolvi de parceria com essa comunidade, como alguém pertencente a esta comunidade, e, preocupado com esta comunidade, eu quero fazer alguns alertas. Primeiro, eu lembro que no período que eu trabalhei aqui no CAR, o clamor principalmente do pessoal das outras ilhas: Ilha do Pavão, Ilha Grande dos Marinheiros, Ilha das Flores, o pessoal não tinha água na sua própria casa, e era uma luta, e tinha aí as limitações legais para poder atender a comunidade.

Mas, enfim, eu quero dizer que o acesso à água é fundamental para a vida e para garantir a saúde de todos, independentemente de onde a gente more, no Centro, na Zona Sul, na Zona Norte, nas Ilhas, em qualquer região. E aí eu quero dizer para vocês que o governo Melo está cometendo um crime contra a cidade, e, aqueles que apoiam esse encaminhamento, são cúmplices desse crime, porque o DMAE, que tem 63 anos, ele foi criado para dar conta de um serviço que a iniciativa privada não dava conta. O serviço de saneamento já foi privado e não resolveu, e hoje nós temos 99% da cidade abastecida por água tratada, e nós temos também um percentual, cerca de 55, 56% de tratamento de esgoto produzido pela cidade que está sendo tratado pelo DMAE.

No entanto, o marco regulatório já poderia ter sido praticamente atendido se o governo municipal tivesse investido, e recursos tinha. Eu quero dizer aqui e questionar a informação que foi trazida aqui pelo representante do governo, porque agora, no ano passado, quando teve a cheia, todo mundo tomou

conhecimento que o DMAE tinha R\$ 400 milhões em caixa, poderia ter investido durante muito tempo e ter melhorado o serviço e atendido melhor a nossa população. Foi uma decisão do governo, mas uma decisão proposital, porque o governo queria sucatear o DMAE, vem destruindo com o DMAE para chegar num momento e poder dizer o seguinte: “O DMAE não tem mais condições de atender”.

Eu quero dizer para vocês, eu sou servidor do DMAE há 32 anos, quando eu ingressei no DMAE, nós éramos mais de 3.200 servidores. Hoje nós somos em torno de mil. Portanto, o número de servidores do DMAE hoje é um terço do que deveria ter ou que tinha há 30 anos atrás. Nesse período, a cidade cresceu, olha quantos empreendimentos foram realizados na cidade necessitando ainda mais o serviço do DMAE, e o DMAE encolhendo, e o governo...

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Um minuto.

SR. ALEXANDRE DIAS ABREU: ...decidindo não investir e querendo colocar a culpa nos servidores do departamento. Não é possível.

Então, está se encerrando o meu tempo, mas eu queria, para finalizar, dizer o seguinte: a concessão é uma forma de aos poucos abocanhar o serviço público e entregar à iniciativa privada, e é uma concessão que é por 30, 35 anos. Hoje, os servidores do DMAE têm em média 56, 57 anos de idade; se daqui a 20, 30 anos o governo resolver querer retomar os serviços, a grande maioria dos servidores já foi aposentado, outros pereceram, e aí como é que vai ficar o serviço, vão passar para quem, sem conhecimento, sem experiência. É lorota o que estão dizendo para vocês. Índio Osmar, eu te conheço há muito tempo, não vai atrás dessa conversa fiada. Eles estão enganando o povo. Esse papo de chapéu de palha é só para nos enganar, não caímos nessa lorota que está sendo criada. Não à privatização! E eu venho aqui trazer uma proposta – para concluir – que seja feito um plebiscito, na cidade, para que a população de Porto Alegre decida sobre o destino da cidade. É isso que tem que ser feito. (Palmas.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Alexandre. Sr. Gilmar Coelho, pela colônia de pescadores. O senhor tem cinco minutos.

SR. GILMAR DA SILVA COELHO: Bom, boa noite a todos. Cumprimentar aqui o Fleck, cumprimento os demais da Mesa. Eu vou falar aqui pela minha região, a parte que me toca aqui relacionado a isso. Eu vou dizer que temos, realmente, o DMAE, a questão da água aqui, sim, nós temos a nossa hidráulica que, por sinal, teve avarias agora no período das enchentes, mas já está resolvido, graças a Deus, já está resolvido, uma série de entraves e coisas burocráticas que demorou um pouquinho, mas já está resolvido. A nossa Ilha da Pintada é abastecida, não tem problema, mas eu venho questionar a parte mais de... Hoje, como está sendo proposta essa concessão, eu não vejo problema nenhum, desde que ela venha a contemplar os locais que igual aqui, nós e as outras Ilhas, não temos a questão do saneamento básico em relação aos esgotos. Temos uma ilha dentro de um arquipélago, eu sei que... e aqui não tem, nós não temos a questão do esgoto. Só temos o esgoto pluvial parcialmente e o cloacal não tem. Então seria, primeiro, para preservar a água, teríamos que ter um (Ininteligível.) referente a uma estação, alguma coisa que se coloque, uma estação de tratamento aqui na região, que não tem, ao menos para essas comunidades aí, porque ela está sendo colocada juntamente com os outros. Então, isso fica bem complicado. Como essa parte, em princípio, vai passar a ser por uma iniciativa privada, que eu sei que anda... Eu sei que tem trabalhos bons, não vou dizer que não tem trabalhos muito bons do DMAE, não tenho nada contra isso, só que o seguinte: a maneira de agilização privada é melhor. A maior parte consegue andar melhor, desburocratizar um pouco. Essa é uma das colocações que eu vejo. É muito demorado para pedir algumas coisas assim, e demora muito tempo para serem resolvidas. E, pela prospecção que a gente vê aí, provavelmente, vai demorar bastante tempo para termos uma proposta, uma coisa melhor. Então, se tiver, desde que seja cobrada e bastante – não é, vereador? – a questão de fiscalização, que passe a ser concessão e essa concessão seja cobrada – eu acho que tem que ser muito bem cobrada para que

não ocorra como conhecem outras condições aí –, não teria problema nenhum, eu acho que seria de bom tamanho que agilizasse essa parte aqui, principalmente aqui nas Ilhas. E a questão da água, que o DMAE vai continuar, então, ele teria também a questão das outras ilhas. Mas isso nós vamos ver, posteriormente, o que vai ser. Eu vejo que, para nós aqui, se for andar, realmente, bem mais rápido, seria de bom tamanho essa parte da concessão, não teria problema nenhum, não vejo problema. Eu acho que vai andar mais rápida a questão dos encaminhamentos e das coisas que a gente tem aqui. Hoje, estamos precisando também do esgoto pluvial, que tem ruas aqui que ficam alagadas, porque não têm esgoto pluvial. A demora do atendimento. Mesmo com todos os esforços, a demora para o atendimento, para ir lá desentupir um bueiro ou outra coisa aqui, bastante demorado. E outra, as ruas não têm uma saída, então, teríamos que resolver essas questões. Isso é em todas as ilhas, não é só na Ilha da Pintada, principalmente na Ilha da Pintada não tem essa questão. Então, a gente entende que é de bom tamanho, desde que agilize os serviços prestados e não onere mais a população. Essa é uma das coisas, que não onere a população, porque aqui ainda a água nossa do DMAE o custo é menor, que não onere as contas junto à população. Obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Gilmar. Ver. Jonas Reis, o senhor tem cinco minutos.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Ver. Fleck. Boa noite a todas e todos os presentes; da comunidade, poucas pessoas estão aqui. Isso é sintomático e isso o governo gosta. O governo Melo gosta disso. O governo Melo gosta de voto na urna para se eleger. Depois eles fazem reunião na calada da noite. Por que é de noite? Por que não passaram um caminhão de som na comunidade chamando para o debate? Porque não interessa que a população sofrida das Ilhas, que sofre com os alagamentos periodicamente, possa debater saneamento. Os iluminados acham que tem a receita do saneamento, eles acham que o privado vai resolver. Imagina! Uma empresa privada, ela quer lucro,

dinheiro, e é natural que uma empresa queira dinheiro, ela é montada para ganhar dinheiro. Agora, a coisa pública não é para ter lucro, é para ter serviço. Se não teve até agora, que eu vejo que alguém reclama que, para desentupir a boca de lobo, demora, eu tenho que dizer: tinha mais de três mil funcionários no DMAE; hoje tem mil, o Edson acabou de falar. Tem mil. Não tem como desentupir, porque o Marchezan não nomeou servidor, o Melo não nomeou servidor, fizeram concurso e não nomeiam servidor. Ou seja, o povo vai sofrendo, para eles, milagrosamente, trazerem a proposta: vamos conceder. Olha que palavra bonita! Vou conceder a você, vou te conceder o direito de ganhar um dinheirinho com o monopólio da água e do esgoto. Monopólio! Me digam qual rede de supermercado em Porto Alegre tem monopólio. Nenhuma! Nenhuma tem monopólio. E me digam quem tem monopólio na cidade: a Equatorial. E está oscilando a energia em todos os bairros, não era assim, não era assim, porque o objetivo da empresa privada é lucrar, não é que o cidadão tenha energia. Uma peixaria lá na Zona Leste sofreu com aquele apagão há dois anos, 15 dias sem energia. O cidadão, empresário, perdeu R\$ 40 mil em peixe congelado que ele tinha. Ninguém pagou para ele, a CEEE não pagou, ele está com um processo na justiça. Vocês acham que a empresa vai fazer alguma coisa para a cidade, se nem o Melo fez? O Melo negou todos os pedidos administrativos de indenização, a Prefeitura deveria estar indenizando as casas alagadas, porque todas as casas do Sarandi, por exemplo, 4º Distrito, Centro, Cidade Baixa, Menino Deus tinham ou o muro, ou o dique, ou as casas de bomba, que é um sistema da Prefeitura. Falhou, porque, em 2023, vocês, do DMAE, avisaram o Melo; vocês, que estão aqui, avisaram o Melo num processo SEI que ele tinha que fazer as obras. O Melo não quis fazer. Ele está lá, ele vai ter que responder no Ministério Público, uma hora ele vai ser chamado lá para depor. Ele não fez as obras, e alagou toda a cidade. “Ah, mas a enchente veio, é uma coisa da natureza.” Sim, da natureza, mas a enchente não passou por cima do muro, ela passou por baixo, por dentro, nos buracos, porque foi proposital. Vocês, a Prefeitura perdeu R\$ 121 milhões que eram para a drenagem da cidade há mais de cinco anos. Agora vocês poderiam estar

captando recurso para fazer obras na cidade, municípios do interior estão fazendo, já entregaram até ponte. Até ponte já foi entregue. Porto Alegre não entregou nada até agora. Já faz um ano da enchente, não entregou, uma vergonha, uma capital, porque o DMAE está amordaçado. Os trabalhadores não conseguem fazer o serviço, quem manda é a cecezada, quem manda são os partidos, os companheiros do Melo, do chapéu de palha. São eles que coordenam a coisa. Eles querem fazer o que o Melo fez lá. Ele votou, como deputado, para vender a CEEE. Ele votou, ele votou lá pela privatização. Aí outro dia o Melo disse assim: “Pois é, eu ligo para a Equatorial, e eles não me respondem”. O Melo reclamou, senhor, que a Equatorial não respondeu para ele, quando faltou energia nas casas de bomba, que alagou, inclusive, aqui, a Estação de Tratamento de Água. Ele votou por privatizar e, depois, ele não foi atendido pela empresa privada. Como é que vai ser? Eles dizem concessão, mas é a mesma coisa, é privatização. É o privado mandando e ganhando. Aí ele vai ligar para a Aegea, digamos que a Aegea compre, porque a Aegea está aí, “nas boca”, quer comprar. Aí liga a Aegea: “Não, Seu Melo, vamos marcar contigo aí para nós conversarmos, não está chegando a água no morro. Não? Deixa para nós, daqui a uma semana nós vamos sentar para conversar...” E vai ser assim, porque está assim com a CEEE Equatorial.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Para concluir.

VEREADOR JONAS REIS (PT): E a CEEE Equatorial chega a ser maior que a Aegea, maior. Está tendo problema com a Aegea em vários municípios do Rio Grande do Sul, tem prefeituras que já aplicaram multa na Aegea, porque ela disse que ia entregar água para todo mundo e não está entregando.

Então, não façam isso com Porto Alegre, respeitem Porto Alegre! Vocês vão ficar só mais três anos e meio e querem detonar com a vida do porto-alegrense por mais de vinte anos. Isso é um escândalo, e nós vamos...

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Para concluir...

VEREADOR JONAS REIS (PT): ...para concluir, nós vamos continuar levando a voz da população, porque nós precisamos mostrar, a população precisa saber, e ela já sabe, ela já sabe, só que ela não sabe que está acontecendo esta reunião aqui. O prefeito não foi para a rádio falar. Ele foi, agora, ele está lá na churrascada que tem não sei onde, um churrasco Paleta Atlântida, uma coisa que ele trouxe aí, assar uma carne ali no centro de Porto Alegre. Ele não está aqui, porque ele não tem coragem de falar com a população.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver. Jonas Reis. Sr. Nestor Luiz Dall'Oglio, pelo Conselho Deliberativo do Parque do Delta do Jacuí, o senhor tem cinco minutos, vou pedir a gentileza que fale deste lado.

SR. NESTOR LUIZ DALL'OGGIO: Boa noite, queria parabenizar o Ver. Fleck e a Mesa toda. Acho que o serviço da parte de agilidade sempre melhora bastante com a terceirização. Toda essa parte esgoto, que é bastante atrasada em Porto Alegre e tal, eu acho que isso também, e espero, venha a favorecer as Ilhas, que estão um pouco, assim, abandonadas. Eu penso que isso deve desenvolver e agilizar. Acredito que essa terceirização deve ser favorável, concordo plenamente. Bem administrada, acho que funciona.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Nestor. Pelo Simpa, o Sr. João Ezequiel Mendonça da Silva. O senhor tem cinco minutos.

SR. JOÃO EZEQUIEL MENDONÇA DA SILVA: Uma boa noite a todas, todos e todes aqui presentes; boa noite, quero aqui saudar a Mesa, presidente Ver. Fleck; secretário-geral de governo, André Coronel; meu colega diretor também do Simpa, Edson Zomar; e demais participantes aqui da Mesa. Gente, quando um governo promove a entrega do serviço público, a população tem que ficar atenta – e bastante atenta –, porque a verdadeira dona do serviço público é a população. Somos nós, cada trabalhadora, cada trabalhador, que garantem o

serviço público através das suas contribuições, através dos seus impostos, portanto, através do seu trabalho. O DMAE, em particular, foi construído pela população de Porto Alegre, justamente porque as empresas privadas não davam conta do saneamento e da entrega da água potável em Porto Alegre. Então, gente, alto lá! Alto lá! O DMAE e o serviço público municipal de Porto Alegre não são de nenhum governo, seja qual for o governo; seja de direita, seja de esquerda, não importa, eles não são os donos. É verdade que o governo Melo se reelegeu? É verdade. Mas a população de Porto Alegre não deu um cheque em branco para o Melo, ela não deu uma autorização para o Melo entregar cada serviço público para as empresas privadas. E digo isso pelo seguinte, gente: não é o só o DMAE, é um projeto global do governo Melo para a cidade de Porto Alegre.

Vamos lá na saúde: 96% de toda Atenção Básica da saúde – 96% – estão entregues para as empresas privadas. Pergunto para o senhor e para a senhora, para a população: melhorou? Está melhor? Faz anos, foi no primeiro mandato do Melo que ele avançou com a terceirização na saúde. Melhorou? Onde melhorou? Qual bairro? Eu gostaria de ouvir de vocês.

Gente, assistência social; o governo Melo definhou a assistência social, acabou com a FASC. Aliás, extinguiu a FASC oficialmente através de projeto de lei aprovado na Câmara, sendo que ela já estava toda terceirizada. Hoje nós temos cerca de duzentos a duzentos e poucos, não passam de trezentos servidores na FASC. A FASC, que é para atender aqueles que mais necessitam: população em situação de rua, principalmente. E assim vai, nós temos vários exemplos. Agora, eu quero um exemplo aqui do governo de qual concessão, parcerização, terceirização ou privatização – isso tudo é a mesma coisa – que funcionou ou que está funcionando. Nós temos o exemplo da Equatorial, que está claro. Olha, gente, até a RBS reclama da Equatorial. Vocês sabem, quando a RBS reclama de uma empresa, é porque está muito mal, está muito mal. E nós sabemos, é só ler o jornal, é só ver na internet, está faltando luz em vários lugares. Nas enchentes, quando não funcionaram as casas de bombas, de drenagem, do esgoto pluvial da cidade de Porto Alegre, porque não funcionaram, teve o

problema também da Equatorial. Teve o problema da Equatorial, que desligou a luz em Porto Alegre em vários pontos, sem avisar ao serviço público municipal, sem avisar ao DMAE, por exemplo, sem combinar. E mais do que isso, gente, nós estamos aqui, somos servidores municipais, gente, nós temos vários colegas do DMAE, que, aliás, eram 3 mil servidores, passaram para mil, e isso se aprofundou no governo Melo. Vários colegas técnicos, experientes, com muitos anos de profissão no serviço público, décadas, como servidor público no DMAE, avisaram insistentemente, tanto ao governo Marchezan, como ao governo Melo, de que era necessário fazer as manutenções nas casas de bombas e nos demais departamentos do DMAE. Não fizeram!

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Para concluir.

SR. JOÃO EZEQUIEL MENDONÇA DA SILVA: Para concluir, o governo Melo não fez as manutenções periódicas que eram extremamente necessárias e urgentes, não convoca os aprovados para assumir seus cargos lá no DMAE...

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, João Ezequiel.

SR. JOÃO EZEQUIEL MENDONÇA DA SILVA: ...porque, justamente, ele queria entregar para as empresas privadas. E não se enganem...

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Para concluir.

SR. JOÃO EZEQUIEL MENDONÇA DA SILVA: ...a taxa, a tarifa de água, que hoje está prevista nesta lei, neste projeto, ela pode ser alterada, gente. Aprovar uma lei na Câmara, para o governo Melo, é muito fácil, é muito rápido, porque ele tem a maioria dos vereadores lá na Câmara. Então, população, preste atenção, observe bem, que estão entregando o DMAE, que é o serviço público construído pelo cidadão e pela cidadã de Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, João Ezequiel. Sra. Beatriz Gonçalves Pereira, a senhora tem cinco minutos.

SRA. BEATRIZ GONÇALVES PEREIRA: Boa noite a todos e todas, sou a Beatriz, conselheira do Orçamento Participativo e moro na região das Ilhas. Sempre quando vêm essas propostas, é um problema para nós. E como a gente discute lá no COP, são as questões da cidade, para o povo. É muito preocupante quando vem algo assim, e vou dizer para vocês por quê. Porque sempre quem vai sofrer são as comunidades. Por exemplo, eu prestei atenção ali na apresentação, está tudo bem, querem fazer e acontecer, mas, assim, qual é o projeto que se tem? Quais as regiões da cidade que serão atendidas? Porque todo mundo precisa. A enchente veio e prejudicou muito. Nós aqui somos muito prejudicados na questão do saneamento básico. A nossa região está dentro desse projeto ou não? Não vi ali. E isso me preocupa porque as Ilhas sempre ficam para depois, e isso nos preocupa.

Outra coisa que eu quero saber: quando sentaram para pensar tudo isso? Não sei se os senhores sabem, mas nós estamos numa bateria de projetos, inclusive sendo trabalhado aqui para a região das Ilhas. São três projetos, né? Está sendo feito batimetria, está sendo feito todo o estudo das Ilhas. Vocês imaginem, a gente ainda não consta no Plano Diretor da cidade, vocês acham que isso vai chegar para nós? Complicado. É essa a garantia que as comunidades querem. Estão fazendo esses encontros em 17 regiões. Muito bem. Qual a garantia que nós temos que as regiões serão atendidas? Porque já foi dito aqui anteriormente, nós queremos que a nossa região seja atendida, sim. E que sentem com quem está elaborando os projetos todos para as Ilhas, porque, pasmem, uma parte das Ilhas vai sair, outra não. E nós vamos continuar aqui. E nós vamos cobrar isso. E nós precisamos... E pasmem, mais: o saneamento aqui tem uma galera que já paga, mas não tem saneamento. Ele existe parcialmente. E isso é preocupante. O que o Gilmar falou é verdade, é uma dificuldade. Fica a Subprefeitura se debatendo e chama, um vem, outro vem, mas nós precisamos de mais, nós

queremos mais, nós fazemos parte da cidade. Então essas coisas me preocupam.

Vai ser só a parcela lá dos ricos, onde passam os grandes carros? Sim, porque agora a cidade está assim, né? A gente não tem mais lugar, o lugar é só para os carros. Então quero saber se isso também vai vir para nós, povo, nas comunidades, nos morros, nas periferias. Porque eu não vi. E isso não chega. Vai chegar lá para o Centro, e quem precisa são as comunidades pobres. E é ali que está a desigualdade, e é ali que está o sofrimento. E ainda cobram, porque aqui nas Ilhas tem uns que pagam. E está lá a subprefeita, que sabe que eu não estou mentindo. Pagar para quê, se não tem? Vai ter? Eu não vi essa garantia. Eu só vejo a preocupação e também aqui os funcionários aí do DMAE, como é que ficam essas coisas? Quem tem uma concessão, gente, me desculpem, pode fazer o que quiser? A concessão é minha. “Tu assinou lá...” “Mas assinou.” “Mas eu vou fazer se eu quiser. Eu posso não fazer.” “Vão botar as ilhas?” “Não, não queremos. Vocês não conversaram com a gente.” “Ah, vão botar o Morro da Cruz? Vão botar a Cruzeiro?” “Não, a concessão é minha.” Então é muito preocupante e muito delicada essa questão, porque se eu tenho a concessão, meus amigos, eu vou fazer o que eu quiser. “Tu me concedeu, agora...” É complicado para a gente. A gente tem que ter essa garantia, porque, do contrário, de novo, sofrimento para as periferias. Era isso, muito obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Bia. Pelo Cores/DMAE, a Sra. Luciana Moura, a senhora tem cinco minutos.

SRA. LUCIANA MOURA: Boa noite a todos. Eu, dia 15 de junho, vou fazer 33 anos de DMAE. Sou servidora do DMAE. Em 2017, quando o prefeito Marchezan assumiu a Prefeitura, ele mandou um projeto para a Câmara de Vereadores para privatizar o DMAE, só que ele não tinha os dois terços de vereadores em apoio. Então, o que ele fez? Não pôde, teve que retirar. Aí, agora, vem o assunto de concessão, porque ficou muito pesada a palavra privatização. É muito forte essa palavra. A população não ia apoiar. Então, a gente muda para concessão, e

melhor, pessoal, para concessão parcial, onde o parceiro privado vai tratar o esgoto, o DMAE capta a água do Guaíba e trata, vende para esse parceiro por um valor X, e esse parceiro vai vender o nosso produto por 4X. Pensem bem, pessoal, se eu tenho uma empresa, se eu sou empresário, eu quero lucrar. Eu não sou o senhor que faz o pastelzinho ali, e em vez de eu vender o meu pastel, que eu fiz, eu vou passar para vender por R\$ 1,00 para outra pessoa vender por R\$ 5,00. Então, eu vendo por R\$ 4,00. Não é possível isso. Eu tenho que ver minhas anotações. (Pausa.) Todos nós sabemos que o parceiro vai querer lucrar no que puder, ou vai diminuir insumos, não vai pagar bem os trabalhadores, mas podem ter certeza de que os presidentes, os diretores de altos cargos vão receber bons salários.

Desde 2017, o DMAE não consegue fazer as obras. O Matheus mostrou o vídeo ali, falta de tratamento de esgoto, mas desde 2017, o DMAE não tem poder mais, não tem essa autonomia de fazer as obras. E não foi por falta de aviso dos servidores. Os servidores avisaram: “Tem que fazer as obras.” Então, para atingir o Marco Legal do Saneamento, que é fim de 2033, faltam oito anos e meio, mas o DMAE já está em atraso de oito anos e meio, que não consegue fazer nada. Isso é muito grave. Então, o vídeo mostra aí uma comunidade sem tratamento de esgoto, que poderia estar tratado. E por causa do governo Marchezan, e seguiu com Melo, e o TCE fez um relatório em 2021, onde aponta que o DMAE teve perdas no faturamento. Sim, a leitura : o DMAE não faz mais a leitura, há mais de dez anos, o DMAE terceirizou; então é uma empresa privada que faz a leitura. Vocês já ouviram falar, eu escuto reclamações, que eu vivo com a camiseta na rua, o pessoal me para na rua: “Pô, mas por que a minha conta d'água, que estava pagando R\$ 60,00, agora veio de R\$ 200,00?” “Ah, fizeram a média não sei do quê.” E todo mundo me pergunta na rua sobre isso. Gente, se a leitura, que é uma empresa privada fazendo, já está ruim o serviço, por que eu vou fazer a concessão do DMAE? Se só a leitura, que é o faturamento, está ruim, imaginem o dinheiro que não está entrando. Então, o que foi o parecer do TCE? Que teve perdas no faturamento, sem reposição de pessoal e sem autonomia. E o TCE concluiu que a precarização foi intencional, sem garantir

que o interesse público – nós, aqui – fôssemos atendidos. E essa precarização permanece até hoje no governo Melo II. E o dever de casa do DMAE é cumprir o Marco Legal do Saneamento. Mas eu vou dizer para vocês, nem a Aegea vai conseguir cumprir até 2033, não tem como. O ex-prefeito Dib, já falecido, foi diretor-geral do DMAE, disse assim uma vez, em 2017 ou 2018: “Pessoal, pode botar todo o dinheiro do mundo para fazer rapidamente todo o serviço do DMAE, mas não pode parar a cidade com obras e buracos, fazer obras toda hora. Não é assim, não é num ano que tu fazes isso, demora mais tempo.” Isso aí o Dib falou, e é uma coisa que eu concordei na hora – certíssimo! – com ele. A Cedae, no Rio, também foi feita uma modalidade de concessão a privatização deles, que é a mesma coisa que eles tratam...

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Um minuto.

SRA. LUCIANA MOURA: Bom, então é o seguinte, pessoal, já que falta só um minuto. A Auditoria Cidadã da Dívida noticiou que há relatos de aumento de tarifa, e muitas vezes com valores absurdos, isso em São Paulo, na Sabesp e na Cedae. E serviços de saneamento não podem virar mercadoria. Diversas cidades ao redor do mundo já perceberam que a privatização d'água é um erro, e voltaram atrás. Pessoal, uma coisa é certa, se o DMAE está ruim, o que a gente faz daqui a três anos e meio? A gente troca o prefeito e troca os vereadores aliados, mas se tiver uma concessão, é por 35 anos. Eu vou estar com 88 anos, se estiver viva. O que a gente vai deixar para os nossos filhos, sobrinhos e netos? Trinta e cinco anos é muito tempo. Por que eles têm que fazer 35 anos? É para lucrar mais depois. Não vai ter um investimento como o DMAE faz, como o DMAE já fez no passado. E tem mais. A Aegea entrou na Corsan pelo esgoto. Já tomou conta de toda a Corsan. Então, pensem, pessoal.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Para concluir.

SRA. LUCIANA MOURA: Tinha que ter mais pessoas da comunidade para saber o que está acontecendo, qual é a verdadeira face. E tem uma coisa, eu não sou contra a concessão da parada de ônibus, acho que pode ter, mas o saneamento básico para o rico lucrar, o rico sempre ganha. (Palmas.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Luciana. Não havendo mais inscritos, eu disponibilizo a palavra ao secretário-geral de Governo, André Coronel, por cinco minutos.

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Bom, pessoal, acho que foi muito produtivo o debate. Nós temos aqui duas posições antagônicas, mas, Ver. Jonas, tenho o maior respeito pela sua posição, mas é importante nós destacarmos... E eu vou pedir até para vocês, quem quiser, evidentemente, botem uma pesquisa aqui no Google e botem: Governo Federal concessão. Escrevam, Governo Federal concessão. E olha o que nós vamos encontrar aqui. Na primeira matéria, puxem no Google aqui: gov.br, concessões e PPPs. Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional do governo Lula, do PT. A ampla expansão das concessões e parcerias públicas e privadas é resultado de uma modernização na legislação brasileira em relação ao tema. Exemplos disso são o Marco Legal do Saneamento Básico, lei tal, a Lei Geral das Concessões Públicas e Privadas e a nova Lei das Licitações. Então, *site* do Governo Federal, do governo Lula, do governo do PT. Dizendo mais adiante: o Governo Federal tem antecipado para possibilitar que os projetos sejam elaborados e possam ser concedidos à iniciativa privada. Eu só quero destacar isso para dizer que não se trata aqui de partido político, a política da concessão. Trata-se de um instrumento legal, jurídico, que antecipa investimentos. A iniciativa privada, diferente da pública, não precisa realizar uma licitação. Hoje, para realizar uma licitação, você tem que fazer um projeto, tem que fazer um termo de referência, tem que passar por um edital, quer dizer, se tudo der certo, em meio ano, você consegue publicar para depois passar à execução. A iniciativa privada não tem nada disso. Ela faz execução direta, contrata aqueles que vão prestar serviço diretamente com muito

mais rapidez. Então, eles têm uma condição muito maior, mais eficiente que o poder público, e não é culpa do poder público, é culpa de uma legislação que regra o poder público. O poder privado tem essa agilidade de investimento. Por isso que aquilo que o poder público demoraria 10, 15 anos, ele consegue fazer em um ano. É assim que funciona. É por isso que os governos nacionais, os países, inclusive o Brasil, vêm com uma tendência natural à concessão de serviços para poder agilizar esses investimentos. Quando for bem feito, com um bom regramento, com um bom edital, com um bom nível de fiscalização, seja do próprio DMAE, que vai ficar com a concessão parcial, vai ficar com parte desse serviço para poder fiscalizar. E, além disso, a agência reguladora, para poder fiscalizar isso, quando ela é bem feita, ela dá certo. As concessões das estradas federais, hoje, é tudo básico. Governo federal, governo Lula, governo do PT, fazem as concessões com tranquilidade e dá certo. As manutenções das estradas ficam em dia, diminui o número de acidentes, é uma coisa boa. A concessão das paradas funciona, foi um benefício muito grande para a nossa cidade e está sendo. A concessão da orla está funcionando. A concessão da iluminação pública é uma concessão bem feita, que está dando certo e traz benefício para quem? Para a sociedade.

Então, gente, vamos tirar a ideologia de lado, vamos debater com seriedade, com tranquilidade, sobre o que está em jogo. Mas o que, inevitavelmente, tem que ser dito é que esse projeto busca acelerar os investimentos para aquelas pessoas mais vulneráveis e que necessitam de um serviço de saneamento, especialmente de qualidade. Obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, secretário André Coronel. Para as considerações finais, pelo Simpa, o Sr. Jeferson Machado. O senhor tem cinco minutos.

SR. JEFERSON NEVES MACHADO: Boa noite a todos, eu me chamo Jeferson, trabalho há 31 anos no DMAE, dentro da Prefeitura. Trabalhei na iluminação pública – boa noite a todos da Mesa também, ao Ver. Fleck. Só para vir fazer um

relato a toda a comunidade da Ilha, um relato dos servidores do DMAE e como cidadão de Porto Alegre também. Só para dizer, vamos fazer uma retrospectiva, que já foi falado aqui, mas vamos de novo. Em 2017, entrou o Marchezan e parou todo o serviço do DMAE, não houve nenhum investimento. Em 2019, foi passado – ninguém falou aqui –, acabaram com a autarquia DEP e colocaram no DMAE. Mais uma âncora, mais um peso nas costas do DMAE. O DMAE, até lá, trabalhava. Quando eu entrei, tinha 2 mil servidores; em 2000, trabalhei na iluminação pública.

Eu gostaria, Sr. Coronel, independentemente do nome, que o senhor ligasse para o 156 e pedisse para fazer uma ligação e um ponto de luz para o senhor. Sem o senhor se identificar, liga para o 156 e peça um ponto de luz. Está demorando um ano. Um ano, a iluminação pública – um ano. Sabe por quê? Só para entender: em 2010, não me lembro quando, começaram a cobrar, na conta de energia, um saldo para luz. Então, em 2010 ou 2014, estava sobrando R\$ 2 milhões, já pagando servidores, pagando a questão de materiais da iluminação pública – R\$ 2 milhões para o caixa da Prefeitura. A partir de 2014, com a questão da iluminação pública, já vinha sendo feita essa concessão, já tinha uma terceirização na iluminação pública. Eu trabalhei lá de 1994 a 2000. Então, começaram a sobrar R\$ 2 milhões em caixa, e aí todo mundo teve a boa ideia: vamos parcerizar. Como é que está a iluminação da Ilha? Está 100% boa? Como é que está a iluminação das avenidas em Porto Alegre? Botaram LED. Tem um lugar ali na Av. Mauá que está um pisca-pisca.

Então, é isso que eu vim dizer, não é tão vantajoso assim. Quanto é que deve estar hoje em dia sobrando no caixa da iluminação pública? Quanto é que está sobrando lá a questão financeira da iluminação pública? Privatizaram, fizeram a concessão por 25 anos, 35 anos, não sei também.

O DMAE, em 2019, veio o DEP para nós. Só para vocês saberem, quem estava aqui no ano passado, depois que baixou a água, uma semana depois, quem veio trabalhar aqui foi o pessoal do DMAE, que botou a funcionar a hidráulica. Foi o pessoal do DMAE, os servidores, que estavam trabalhando também nas EBAPs, na enchente. Eram os servidores, porque nós tínhamos... Sabe quanto é que

eles gastaram? Nós tínhamos R\$ 400 milhões de caixa. Sabe quem é que salvou a Prefeitura? O caixa do DMAE, que foi usado em toda a drenagem, em todos os serviços. Então, é isso que nós estamos entregando. Nós estamos entregando o caixa para uma empresa privada, e a Prefeitura não vai ter mais esse caixa.

Vou dar um outro exemplo aqui, que o Sr. Matheus falou sobre a venda. Tudo bem, não é concessão, mas é uma concessão por 35 anos. Não é privatização, 35 anos é concessão. E aí vão ser feitos contratos. Cadê esses contratos? Onde é que estão? Como é que nós vamos reverter se esses contratos estão bem amarrados? Se hoje, no saneamento, a Corsan – hoje Aegea –, as multas, será que foram feitas? A questão da Equatorial, a multa que foi dada para a Equatorial, será que ela pagou? Não, não pagou. E, juridicamente, ela recorre e não está pagando isso. É isso que vai acontecer com o DMAE. A concessão, se for feita, não consegue reverter. Vai ficar 35 anos, vão tentar brigar, sabe quem é? A tarifa social, vocês acham que vai existir? No Rio de Janeiro, faz dois anos, o mesmo modelo: Cedae, a Aegea. Vamos falar Aegea, vamos falar que comprou a Corsan e quer comprar agora aqui o DMAE. Pode vir... Ah, outra, vamos falar uma: sabe quem é que comprou a Sabesp em São Paulo? Equatorial. Ela tem energia aqui e saneamento lá. Tudo bem, beleza?

Então, assim, o que nós viemos dizer para vocês é o seguinte: quem vai pagar essa conta vai acabar sendo nós, população. Eu faço parte da população. Então, tarifa social não vai existir, porque... O que é que disse a Sabesp lá? Falou no Estado, é só procurar no Estadão. Compraram a Sabesp e disseram assim: “tarifa social e grandes clientes tinham isenções; tarifa social e isenção é coisa de Estado”. Quem vai pagar isso aí é a Prefeitura. E a questão da outorga... Outro exemplinho, a outorga vai para o caixa da Prefeitura e pode usar em projetos habitacionais, viários e ambiental, que, o DMAE vão fazer algum serviço. Então, cai no caixa único e não vai ir direto para a drenagem, como ele está dizendo. Ele pode cair no caixa da Prefeitura e ir para diversas outras áreas que não é a drenagem. A drenagem ninguém quer. Por quê? Não dá dinheiro. Por que não colocaram no projeto a drenagem? Porque daí o projeto não vai sair do

papel. Ninguém vai querer pegar a drenagem. Então, eles estão botando, primeira parte, estão botando um bode expiatório, que é... Tudo bem, estão botando um bode expiatório, que é água e esgoto. Nós estamos largando o caixa do DMAE, que é nosso, da Prefeitura e do Município de Porto Alegre. Para concluir, depois, com certeza, que nem no Rio, agora, estão entregando o restante, o restante do que é: tratamento e captação. Porque em dois ou três anos, a gente quebra. Muito obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Jeferson Machado. Para as considerações finais pelo DMAE, Dr. Matheus da Rocha.

SR. MATHEUS NERES DA ROCHA: Ver. Fleck, muito obrigado. Obrigado em seu nome aos demais membros da Mesa e agradeço a presença de todos, em especial, a oportunidade, a acolhida e que a gente possa, nos demais ambientes também, ter conversas produtivas como a de hoje. E quero reforçar mais algumas questões dentro do que já foi referido. De fato, a concessão que se propõe por meio desse projeto, ela contrataria junto a um terceiro, sim, o esgotamento sanitário, serviços de esgotamento sanitário. E respondendo à Beatriz, que trouxe essa dúvida, como seriam atendidas as Ilhas nesse caso. Na verdade, essa contratação atenderia a todas as regiões do Município. E, sim, estariam incluídas as Ilhas, especialmente aqueles lugares onde não há esgotamento sanitário, essa infraestrutura seria executada, sim. Da mesma forma, seriam contratados, então, serviços de distribuição de água. A captação e o tratamento de água permaneceriam com o DMAE. E a drenagem, todos esses serviços do esgotamento pluvial, por exemplo, como o Gilmar mencionou alguma preocupação também nesse nível, eles remanesceriam com o DMAE. O DMAE concentra seus esforços, concentrará seus esforços também nessa área. Existem muitos desafios nessa área. E, com certeza, também, os valores de outorga, sim, eles podem ser e deverão ser aplicados em áreas como essa. Da mesma forma, reforçar que o projeto trabalha com o mesmo valor de tarifa eventual. Por exemplo, se supuséssemos aqui a possibilidade de aumentar a

tarifa, ela só é possível com um projeto de lei que altere a lei, que altere a lei complementar.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

SR. MATHEUS NERES DA ROCHA: Não, mas isso é possível de qualquer forma. O que estamos, aqui, trazendo é que não estamos propondo isso e não o proporemos. Essa é a questão. Da mesma forma, a tarifa social é uma lei federal e é impositiva a todos os entes da federação. Não seria possível não existir tarifa social nesse sentido, Lei Federal nº 14.898, de 2024. Mas são essas as considerações finais nossas. Ficamos também igualmente à disposição para esclarecer qualquer dúvida que porventura se tenha. Muito obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Matheus da Rocha. Eu gostaria de agradecer, então, a acolhida aqui pela Colônia Z-5, através do nosso presidente Gilmar Coelho. Em nome do governo municipal, eu gostaria de agradecer a presença do secretário André Coronel, agradecer a presença do Ver. Jonas Reis, a todos os servidores da Câmara...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): O único vereador presente, além deste que preside. Agradecer aos servidores da Câmara de Vereadores, aqui em nome do diretor legislativo, Luiz Afonso. E em nome dos servidores da Prefeitura de Porto Alegre, agradecer também a acolhida da Patrícia Salcedo, que representa aqui a Subprefeitura das Ilhas. Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente audiência pública.

(Encerra-se a reunião às 20h24min.)